



IV Congresso
História
da Arte
Portuguesa

Homenagem
**José-Augusto
França**

Actas

Sessões Simultâneas (2.^a edição revista e aumentada)

2014

apha
associação portuguesa de
historiadores da arte

Título

Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa
em Homenagem a José-Augusto França
Sessões Simultâneas (2.ª edição revista e aumentada)

Coodenação

Begoña Farré Torras

Revisão de texto

Helena Roldão

Colaboração

Ughetta Molin Fop e Eloísa Rodrigues

Propriedade

APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte

© 2014 Autores e APHA

ISBN 978-989-20-4815-4

apha
associação portuguesa de
historiadores da arte

IV congresso de História da Arte Portuguesa
Em homenagem a José-Augusto França

Fundação Calouste Gulbenkian, 21 a 24 de Novembro de 2012

Uma iniciativa da APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte

Comissão de Honra

António Costa
Artur Santos Silva
Eduardo Lourenço
Emílio Rui Vilar
Francisco José Viegas
Jorge Sampaio
José Mattoso
Mário Soares
Nuno Crato
Nuno Portas

Comissão Organizadora

Maria Helena Barreiros
Pedro Flor
Raquel Henriques da Silva

Comissão Executiva

Begoña Farré Torras
Isabel Falcão
Joana Monteiro

Comissão Científica

Ana Tostões, Instituto Superior Técnico
António F. Pimentel, Museu Nacional de Arte Antiga
José C. Vieira da Silva, Universidade Nova de Lisboa
Mário Barroca, Universidade do Porto
Myriam A. R. de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Raquel Henriques da Silva, Universidade Nova de Lisboa
Sylvie Deswarte-Rosa, Centre National de la Recherche Scientifique-Lyon
Vitor Serrão, Universidade de Lisboa
Walter Rossa, Universidade de Coimbra

ÍNDICE

Nota à 2.ª Edição	8
SESSÃO TEMÁTICA 1 – DA “ARTE COLONIAL” ÀS “ARTES E A EXPANSÃO”: DINÂMICAS RECENTES	
<i>José Coelho de Noronha, arquiteto: um mestre lisboeta nas Minas Gerais setecentistas</i>	9
André Guilherme Dornelles Dangelo	
<i>Bom Jesus de Goa: a Igreja da Casa Professa como testemunho do trabalho missionário dos jesuítas na Índia</i>	16
António Nunes Pereira	
<i>Um calígrafo/pintor de manuscritos em Vila Rica no século XVIII: reflexões sobre interlocuções culturais.....</i>	17
Márcia Almada	
<i>Relay race with a silver statue: the interaction of the Portuguese Viceroy with an image of Saint Francis Xavier in Goa.....</i>	27
Urte Krass	
<i>A salvaguarda do património arquitectónico ultramarino durante o Estado Novo (1958-1974)....</i>	28
Vera Félix Mariz	
SESSÃO TEMÁTICA 2 – ARTE CONTEMPORÂNEA EM CONTEXTO. ARTE PÚBLICA, NATUREZA E CIDADE	
<i>Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatuária de Lourenço Marques</i>	36
Gerbert Verheij	
<i>Os sistemas de encomenda de Arte Pública do Estado Novo e a configuração de espaços de representação na cidade de Lisboa: o exemplo da zona marginal de Belém</i>	46
Helena Elias	
<i>A basílica da Santíssima Trindade do Santuário de Fátima: a nova paisagem artística da Cova da Iria</i>	54
Marco Daniel Duarte	
<i>Financiamento privado na Arte Pública</i>	64
Sónia Isabel Santos da Rocha	
SESSÃO TEMÁTICA 3 – AS ARTES DECORATIVAS NO ESPAÇO PORTUGUÊS	
<i>Os “Panos da Índia” em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI a XVIII.....</i>	72
Maria João Pacheco Ferreira	
<i>As artes decorativas na capela de S. João Baptista: significado teológico-político.....</i>	82
Elisabete Correia Campos Francisco	
<i>Fragmentos da indumentária fúnebre do arcebispo Dom Gonçalo Pereira: entre lampassos, bordados e passamanaria</i>	87
Paula Monteiro, Ana Claro, Cristina Dias, António Candeias	
<i>Os inventários dos bens de D. Filipa de Sá, condessa de Linhares (c. 1542-1618).....</i>	98
Cátia Teles e Marques	

SESSÃO TEMÁTICA 4 – A CASA NOBRE PORTUGUESA NO RESCALDO DOS SOLARES PORTUGUESES

<i>O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de Setecentos por João Gomes da Silva (1671-1738), 4.º conde de Tarouca</i>	99
Maria João Pereira Coutinho	
<i>“Eu em todas tinha vontade de fazer aposento segundo a terra.” (Re)definições da habitação nobre tomando a Casa de Sortelha como perspectiva (séculos XVI e XVII)</i>	110
Luísa França Luzio	
<i>A casa do Barão de Quintela na Rua do Alecrim</i>	111
Inês Pais Gonçalves	
<i>O Palácio de Estoi, obra de Manuel Caetano de Sousa?</i>	121
José Eduardo Horta Correia	
<i>O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares</i>	122
Helder Carita	

SESSÃO ABERTA 1 – JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA: O LEGADO CRÍTICO E HISTORIOGRÁFICO

<i>A resistência do objecto à história da arte contemporânea: sobre a persistência do legado de José-Augusto França na escrita da história da arte em Portugal</i>	133
Mariana Pinto dos Santos	
<i>O lugar da crítica da arte na obra de José-Augusto França: cruzamentos e mediações (1947/1977)</i>	134
Cristina de Sousa Azevedo Tavares	
<i>O significado da obra de José-Augusto França na leitura da arquitetura do século XX português</i>	141
Rui Jorge Garcia Ramos	
<i>(Re)Ver Machado de Castro e João José de Aguiar</i>	148
Miguel Figueira de Faria	
<i>Lisboa levantada do chão</i>	162
Renata Malcher de Araujo	

SESSÃO TEMÁTICA 5 – CROSSING BORDERS – HISTÓRIA, MATÉRIAS E TÉCNICAS ARTÍSTICAS

<i>Crear en cera, una obsesión constante por un material metafórico</i>	175
Alicia Sánchez Ortiz	
<i>Ângelo de Sousa: documentar obra e criar documentos</i>	180
Paula Parente Pinto	
<i>Um contributo da Conservação e Restauro para o estudo da escultura monumental em barro cozido policromado do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – os escultores</i>	188
André Varela Remígio, João Pedro Veiga, Carlos Moura	
<i>A técnica e a cor do romantismo pelas mãos de Tomás de Anunciação</i>	200
Diogo Sanches, Ângela Ferraz, Tatiana Vitorino, Leslie Carlyle, Márcia Vilarigues, Rita Macedo, Maria João Melo	
<i>Um códice modernista: Amadeo e La Légende de Saint Julien l’Hospitalier</i>	208
Ana Margarida Silva, Cristina Montagner, Márcia Vilarigues, Rita Macedo, Maria João Melo, Marcello Picollo, Adelaide Miranda, João A. Lopes	

<i>No ateliê do pintor naturalista: espaços, equipamentos e materiais</i>	217
Ângela Ferraz, Leslie Carlyle, Rita Macedo	

<i>Os azuis na pintura de Nuno Gonçalves</i>	225
José Mendes, António João Cruz, António José Candeias, José Mirão	

SESSÃO TEMÁTICA 6 – HISTÓRIA DA CIDADE: NOVAS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS PARA O SÉCULO XXI

<i>Columbano Bordalo Pinheiro, a cidade e o interior burguês</i>	232
Manuel Villaverde	

<i>Lisboa no Cinema Novo Português</i>	241
Luís Urbano	

<i>Interrogar e divulgar a Cidade: o passado activo de Lisboa</i>	246
Paula André	

<i>“Cidade e Espectáculo”: um modelo de laboratório em história da cidade</i>	251
Maria Alexandra Gago da Câmara, Helena Murteira	

<i>Pensar a cidade e a sociedade: Lisboa</i>	260
Mafalda Teixeira de Sampayo, Teresa Marat-Mendes	

SESSÃO TEMÁTICA 7 – HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA DA ARTE EM PORTUGAL

<i>Les Arts en Portugal by Count Atanazy Raczyński - New Approach to the Legacy of Early Art History in Portugal</i>	269
Dorota Molińska	

<i>El Greco en el Modernismo portugués: de la influencia intuitiva a la copia directa</i>	274
Antonio Trinidad Muñoz	

<i>Estética de Almada Negreiros: Mestres e fundamentos filosóficos</i>	275
Maria de Fátima Lambert	

<i>A crítica de arte debaixo de fogo: “serviço de utilidade” ou “moral de combate”? O I Encontro dos Críticos de Arte (1967) e os escritos de António Areal</i>	284
Catarina Rosendo	

SESSÃO TEMÁTICA 8 – MUSEUS, EXPOSIÇÕES E COLECÇÕES

<i>O acervo de pintura portuguesa da pinacoteca da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro: considerações sobre a sua constituição e suas funções</i>	290
Arthur Valle, Camila Dazzi	

<i>A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais</i>	297
Maria de Jesus Monge, Luís Filipe da Silva Soares	

<i>Projecto adiado: o Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. 1934-1943</i>	298
João Paulo Martins	

<i>João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962)</i>	299
Maria Madalena Cardoso da Costa	

<i>Como se forma uma museóloga? Contributos para o estudo de Maria José de Mendonça (Museu Nacional de Arte Antiga, 1933-1938)*</i>	312
Sofia Lapa	

SESSÃO ABERTA 2 – TEMAS DE ARTE MEDIEVAL

<i>Speaking with hands in Medieval visual culture. The imaging of gesture language in the Lorvão Apocalypse.</i>	323
Alicia Miguélez Cavero	
<i>As gárgulas e os livros sobre os “peccados comuns e geeraes a todos os estados”</i>	324
Catarina Fernandes Barreira	
<i>A microarquitectura nos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro</i>	333
Francisco Teixeira	
<i>La muerte de la Reina de Portugal en Zaragoza en 1498: duelo, patronazgo artístico y ajuar doméstico</i>	339
Begoña Alonso Ruiz	
<i>“Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”</i>	348
Luísa Trindade, Caroline Aragão Cabral	

SESSÃO TEMÁTICA 9 – PORTUGAL E A EUROPA 1500-1800: PRESENÇAS E INFLUÊNCIAS

<i>A circulação de formas, modelos, teorias e proporções pela via da tratadística: as experiências efetuadas nos claustros portugueses do Renascimento</i>	359
Ana Duarte Rodrigues	
<i>Reflexos da tratadística na arte beneditina portuguesa</i>	371
Eva Sofia Trindade Dias	
<i>La policromía barroca en la Catedral de Tui. Maestros portugueses (1695-1742)</i>	382
Francisco Javier Novo Sánchez	
<i>“Las Salesas Reales”, lugar de encontro para as culturas artísticas espanhola e portuguesa em tempos de Dona Maria Bárbara de Bragança</i>	391
Iván Rega Castro	
<i>Tracce sull'apprendistato romano dei pittori portoghesi al tempo di João V: i taccuini di João Ströberle (1741-1742)</i>	401
Sabina de Cavi	

SESSÃO TEMÁTICA 10 – O RETRATO

<i>Rostos da Lusitânia: uma introdução ao retrato escultórico na Antiguidade Clássica e Antiguidade Tardia no actual território português</i>	402
Filomena Limão	
<i>“Tirados assaz bem ao natural”: pistas para pensar a concepção de retratística na arte medieval através da tumulária feminina trecentista em Portugal</i>	409
Joana Ramôa Melo	
<i>Estrategia familiar y prestigio cortesano en los retratos de Don Manuel de Moura y Corte Real, II marqués de Castel Rodrigo</i>	421
David García Cueto	
<i>Retratos do actor como celebridade. Contaminação entre a pintura e o teatro nos retratos de David Garrick.</i>	428
Maria Carneiro	
<i>Crise do retrato: dissolução ou deslocamento do género? O estranho caso de Lourdes Castro ...</i>	435
Bruno Marques	

SESSÃO TEMÁTICA 11 – “VAI E VEM”: QUESTÕES DE CULTURA VISUAL

<i>Para além da “arte”: habitus e imagem</i>	442
Maria Inês Afonso Lopes	
<i>Da poesia plástica ao pensamento visual: inquérito de um possível trajecto</i>	448
Emília Pinto Almeida	
<i>Panofsky e a tradição da Bildwissenschaft, para lá do cerco ao método iconológico</i>	454
Maria Coutinho	
<i>Regimes escópicos. Da descontinuidade da visão aos limites da visualidade</i>	462
Sílvia Pinto	

SESSÃO ABERTA 3 – PÚBLICO E PRIVADO, DO ANTIGO REGIME À MODERNIDADE

<i>O Colégio Real de São Paulo em Coimbra e a definição do tipo de colégio secular</i>	469
Rui Lobo	
<i>A emergência da arquitetura pública na 2.ª metade do século XVIII. Novas tipologias: José da Costa e Silva (1747-1819) e a encomenda do Hospital Militar de Runa (1792).</i>	480
José de Monterroso Teixeira	
<i>O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa</i>	490
Isabel Mayer Godinho Mendonça	
<i>“Beckford Hill” ou quinta de Monserrate. Um projecto inspirado pelo sentido do lugar.</i>	499
Maria João Neto	
<i>O design de interiores domésticos em Portugal: (re)interpretar e (re)inventar face à condição da modernidade. O espaço quotidiano projectado como um todo.</i>	500
Mónica Romãozinho	

SESSÃO ABERTA 4 – ARQUITECTURA PORTUGUESA

<i>Super-realismo, ou o involuntário surrealismo de Cassiano Branco</i>	509
Paulo Tormenta Pinto	
<i>O Enigma da Hora: surrealismo e arquitectura portuguesa</i>	516
Jorge Figueira	
<i>A Construção do Quotidiano: Arquitectura ‘Bread-and-butter’ no Sul de Portugal, 1925-1950</i> ..	518
Ricardo Agarez	
<i>Casas de emigrantes e insurreição estética no “berço” da Nação. Imagens, representações e discursos sobre a paisagem em Portugal.</i>	526
Isabel Lopes Cardoso	
<i>O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal</i>	535
Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso	

ÍNDICE DE AUTORES	553
--------------------------------	-----

APOIOS	554
---------------------	-----

Nota à 2.ª Edição

A presente publicação recolhe versões revistas e aumentadas das comunicações apresentadas nas Sessões Simultâneas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian de 21 a 24 de Novembro de 2012. Trata-se, portanto, da segunda edição destas Actas, cuja primeira edição foi publicada no CD entregue aos participantes e público do Congresso junto com o livro de resumos.

As comunicações aqui contidas seguem a ordem do programa de trabalhos do Congresso, estando portanto organizadas em sessões temáticas e com indicação da data de apresentação.

No caso dos autores que optaram por não publicar neste volume a versão revista da sua comunicação, aparece em seu lugar apenas o resumo da mesma, desde que aprovado pelo autor.

Foram uniformizadas as listas bibliográficas que aparecem no fim de cada comunicação, tendo-se deixado no entanto à escolha dos autores a norma de referência bibliográfica utilizada no texto e nas notas de rodapé, bem como a adopção ou não do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Errata

As imagens que acompanham os textos *Rostos da Lusitânia: uma introdução ao retrato escultórico na Antiguidade Clássica e Antiguidade Tardia no actual território português* (p. 402) e *O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa* (p. 490) foram originalmente omitidas por erro e aparecem agora no fim do volume, nas páginas 447-449 e 450-452 respectivamente.

23 NOVEMBRO SESSÃO ABERTA 3 – PÚBLICO E PRIVADO, DO ANTIGO REGIME À MODERNIDADE***O Colégio Real de São Paulo em Coimbra e a definição do tipo de colégio secular*****Rui Lobo**

Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

No sentido mais lato, os colégios universitários levantados em Coimbra (e, em menor expressão, em Évora) a partir de meados do século XVI e até ao final do Antigo Regime não constituem um tipo específico da arquitectura portuguesa. Existem, pelo menos, duas variantes tipológicas que têm que ver com a comunidade a que se destinavam os edifícios e com a resposta arquitectónica a que davam corpo.¹

Desde logo, há que distinguir os colégios ditos “regulares”, destinados a comunidades das ordens religiosas que se implantaram à sombra da universidade – e que são a grande maioria – dos colégios “seculares”, em menor número, destinados a futuros eclesiásticos e/ou a leigos.

Depois, e do ponto de vista arquitectónico, se os primeiros colégios regulares se socorreram frequentemente do esquema planimétrico conventual, com uma igreja volumetricamente autónoma e de acesso externo ladeada por um claustro, em redor do qual se organiza o colégio propriamente dito (os casos dos colégios da Graça e do Carmo, na Rua da Sofia, ou os de São Jerónimo e da Trindade na Alta), já os pouco numerosos colégios seculares se podem filiar, por sua vez, na casa nobre ou no palácio urbano, ainda que sob várias formas, das quais a mais comum será a do bloco quadrangular organizado em torno de um pátio central. É sobre este último tipo de colégio, o colégio secular, e com uma atenção particular sobre o colégio de São Paulo, que nos debruçaremos nesta comunicação.

Foram praticamente inexistentes as fundações colegiais medievais, no período de permanência da universidade portuguesa em Lisboa. Tanto o hospital de Domingos Jardo, fundado em 1293, como o efémero colégio do Doutor Diogo Afonso Manganha (que funcionou poucos anos a partir de 1448) se instalaram em casas preexistentes do bairro de Alfama,² não tendo desenvolvido tipos arquitectónicos próprios. Registe-se ainda a fundação do colégio (regular) de São Tomé – ou de São Tomás – em 1517, no âmbito do convento de São Domingos, ao Rossio.

A propósito desta situação deficitária, pronunciou-se o infante D. Pedro, na sua famosa carta de Bruges, datada de 1426, para o irmão D. Duarte, defendendo a criação de “*dez ou mais colégios*”, alguns associados às igrejas do bairro universitário, outros para os bispos e seus cabidos, outros ainda para as diferentes ordens religiosas. Quanto ao tipo de edifício, especificava que os colegiais “*dormissem em um paço que tivesse celas e comessem juntamente em hum lugar, e fossem çarrados de so hua clausura*”³. D. Pedro não distinguia, do ponto de vista arquitectónico, os distintos

¹ Veja-se uma sistematização morfotipológica em Rui LOBO, “Os colégios universitários de Coimbra: Enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”, *Monumentos*, n.º 25, Lisboa, 2006, pp. 32-45.

² Sobre os colégios do Estudo Geral em Lisboa, e suas localizações, veja-se Rui LOBO, “A Universidade na Cidade: Urbanismo e Arquitectura Universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna”, Tese de doutoramento, Coimbra, 2010.

³ Artur Moreira de Sá, “A ‘Carta de Bruges’ do Infante D. Pedro”, *Byblos*, XXVIII, Coimbra, 1952, pp. 33-54.

programas colegiais – que se deveriam submeter a uma formulação comum, derivada sobretudo da arquitectura civil (tratar-se-iam de “paços”), com alguma concessão à arquitectura monástica (na referência às celas).

Como se sabe, e mais de cem anos volvidos, o desejo de dotar a Universidade de uma rede efectiva de colégios de apoio foi uma das razões determinantes para a sua transferência de Lisboa para Coimbra, em 1537, realizada por D. João III.⁴

O estabelecimento do Colégio Real de São Paulo, pela mão de D. João III e do reitor Frei Diogo de Murça, veio colmatar a falha que se registou no sistema colegial de Coimbra logo após a extinção precoce dos colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos, quando da integração destes dois edifícios na obra do colégio das Artes, em 1547. Essa falha traduziu-se na falta de um colégio secular “oficial” que desse apoio e guarida a estudantes leigos e graduados (com o curso preparatório das artes) da universidade.

Por outro lado, a fundação do colégio régio correspondeu a uma segunda fase do projecto joanino de instalação e renovação da Universidade portuguesa em Coimbra. A Universidade instalava-se agora, e definitivamente, na cidade Alta, ainda que em imóvel emprestado – o Paço Real da Alcáçova – quando num primeiro momento se havia previsto a sua instalação na cidade Baixa, junto à recém-aberta Rua de Santa Sofia e ao convento de Santa Cruz.⁵

Destinou-se ao novo colégio de São Paulo o terreno e as ruínas do antigo Estudo Geral dionisino junto do Paço Real. A construção terá começado em 1548 ou 1549, pois em Abril deste ano já estava edificada a dependência do novo refeitório.⁶ Após um processo construtivo algo demorado foi o colégio inaugurado, com pompa e circunstância, a 2 de Maio de 1563.⁷

Os estatutos, de 1559, previam a residência de vinte e dois colegiais de vária condição, número que foi reduzido para doze (quatro de Teologia, três de Cânones, três de Leis e dois de Medicina) antes da abertura do colégio, aos quais se juntariam um capelão e seis “familiares”, ou “fâmulos”, que conciliavam o estudo com o serviço no colégio.⁸

Embora o edifício colegial tenha sido demolido em finais do século XIX, subsiste uma descrição escrita relativamente detalhada publicada por D. José Barbosa em 1727.⁹ É também conhecido um levantamento gráfico da segunda metade da década de 1750 ou de princípios da década seguinte, realizado pelo arquitecto italiano Giacomo Azzolini¹⁰, que inclui as plantas e os alçados do edifício, que sofrera danos importantes por ocasião do terramoto de 1755.¹¹ O colégio conformava um bloco

⁴ Veja-se José Sebastião da Silva DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, 2 vols., 1969 (vol. I, p. 569 e seguintes).

⁵ Sobre a evolução do projecto universitário de D. João III veja-se Walter ROSSA, “Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade”, Tese de doutoramento, Coimbra, 2001, pp. 663-665 e António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria: O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 82-91.

⁶ Maria Margarida BRANDÃO, *O Colégio de S. Paulo*, 1973, Coimbra, pp. 59 e 71.

⁷ António de VASCONCELOS, *Os Colégios Universitários de Coimbra*, 1938, Coimbra, Coimbra Editora, p. 81.

⁸ Maria Margarida BRANDÃO, *O Colégio...*, pp. 152-154. Os estatutos guardam-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 995.

⁹ D. José BARBOSA, *Memórias do Collegio Real de S. Paulo*, Lisboa, 1727, pp. 5-13. “Porém como o escritor teatino, que nem sequer estudara ou vivera em Coimbra, não procedeu a quaisquer investigações nos arquivos da cidade, limitou-se a basear as Memórias do Collegio Real de S. Paulo [...], nas informações fornecidas por quem lhe encomendara o trabalho”. Maria Margarida BRANDÃO, *O Colégio...*, p. XIII.

¹⁰ Azzolini residiu em Coimbra entre 1755 e 1766, cidade onde exerceu a actividade de arquitecto, concluindo a obra do seminário. Pedro GOMES, *De Perpetuo Seminário: O Seminário de Jesus, Maria e José de Coimbra*, Prova final de licenciatura, Coimbra, FCTUC, 2002.

¹¹ Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), desenhos DA 55-60 (duas plantas e quatro alçados).

quadrangular (posto que irregular) de dois pisos, que se organizava em torno de um pátio central. Existem dois desenhos que sintetizam numa única representação sobreposta as plantas do piso térreo e do piso superior (mostramos um desses desenhos na Fig. 1), o que torna difícil a leitura independente de cada nível. Redesenhámos as plantas de cada piso separadamente para melhor entendimento da distribuição dos espaços colegiais, adaptando a planta do imóvel ao contorno registado na planta topográfica de Coimbra de 1873-74 (Figs. 2 e 3).

O colégio tinha entrada a eixo do alçado norte (Fig. 4). Marcava-a um portal clássico sobreposto das armas reais. O átrio-corredor de acesso desaguava no pátio, passando sob um pórtico de cinco arcos (1+3+1) que sustentava uma varanda, a cada lado do qual arrancava uma escada de acesso ao piso superior. As restantes dependências do piso térreo da ala norte serviam de residência aos “familiares” do colégio¹² ou seriam utilitárias, denunciadas por pequenas janelas elevadas no alçado exterior. A ala poente, à direita de quem entra, era totalmente ocupada pela capela colegial e pela sacristia. A ala sul incorporava o refeitório e a cozinha, a aula ou “casa da sapiência”¹³ e um átrio de acesso comum a esta última dependência e à capela. A ala nascente era ocupada por mais “casas dos fâmulos”¹⁴ ou familiares. Ocupavam o piso superior as dependências dos colegiais, que abriam para o exterior e que eram servidas por quatro longos corredores, à face interna de cada ala. No século XVIII, e de acordo com as plantas, alguns colegiais dispunham de dois espaços (um para dormir e outro para receber e estudar), outros apenas de um. No primeiro caso estariam os porcionistas (estudantes mais abastados que pagavam a sua alimentação), nas alas poente e sul; no segundo caso os colegiais normais, na ala norte.¹⁵ Existia ainda uma biblioteca colegial no primeiro andar de casas anexas por detrás do colégio, acessível por um passadiço a partir da ala sul.¹⁶

Situação que logo salta à vista desta organização é a falta de uma galeria coberta em redor do pátio. Deste modo não era possível aos colegiais descerem dos quartos e passarem à capela ou ao refeitório sem se molharem em dias de chuva ou sem evitarem o sol abrasador dos dias quentes de Verão. O mesmo sucedia ao passarem da capela ou da aula ao refeitório e vice-versa.¹⁷ O único espaço coberto era o pórtico da varanda, a eixo da entrada colegial, que era, de resto, uma estrutura de meados de Seiscentos.¹⁸

¹² D. José BARBOSA, *Memórias...*, p. 9.

¹³ Seria nesta sala que estaria colocada no século XVIII, num nicho da parede nascente, a estátua da sapiência proveniente do Estudo Geral dionisino (D. José BARBOSA, *Memórias...*, pp. 5-6 e 10). Logo em 1571 equacionou-se a sua adaptação a sala de aula. Maria Margarida BRANDÃO, *O Colégio...*, pp. 72-73.

¹⁴ Legenda do desenho MNMC, DA 56.

¹⁵ A ala nascente cedera após o sismo de 1755 (MNMC, DA 55 e DA 56). D. José Barbosa, que escreveu antes do terramoto, esclarece que “*Da parte do Nascente há duas janelas grandes [...] e entre huma, e outra estão as janelas de aposentos particulares*”. D. José BARBOSA, *Memórias...*, p. 7.

¹⁶ Estas casas “*em que tem o Collegio três excelentes aposentos para os seus Collegiaes, e três casas de Livraria*”, foram adquiridas pelo colégio em 1614. *Idem*, pp. 10-12.

¹⁷ Esta é a situação que se infere das duas plantas conservadas no Museu Nacional Machado de Castro, do início da segunda metade do século XVIII. Porém, a disposição das dependências no piso térreo da ala sul terá sido um pouco diferente três décadas antes, pois haveria um corredor de ligação interno (paralelo à cozinha, com paredes de tabique?) entre a “casa da sapiência” e o átrio do refeitório. *Idem*, p. 10.

¹⁸ Existem, no Arquivo da Universidade de Coimbra, pelo menos dois documentos, apartados 18 anos um do outro, que dão conta da construção (ou reconstrução?) da varanda:

“*Digo eu Mel. Simões mestre de obras de pedraria morador nesta cidade de Coimbra que eu estou concertado com o Sor. Rtor. e Sres. Collegiais do Coll. Real de S. Paulo para lhe fazer de novo [...] as duas barandas que tem o Coll., convem a saber a que esta na claustra e o eirado sobre o quintal...*”, 3 de Agosto de 1644, AUC, Inventário do Fundo Documental Universitário, Colégio de São Paulo, Est. 7, Tab. 2, n.º 29.” *Por este mim assinado digo eu João Bautista pedreiro morador na villa de Ançam q eu me obrigo por minha pessoa e bens a arrincar e mandar ao Sr. Reitor e mais Sres. Collegiais do Coll.º real desta Un.ª toda a pedra q for necessária na forma do Rol q lhe der Manuel Mendes mestre de obras morador em Cellas p.º efeito de fazerem hua varanda*

Este tipo de pátio sem galerias em redor remete, a nosso ver, para os pátios de alguns paços e casas nobres de planta quadrangular da primeira época moderna. Veja-se, por exemplo (e não muito longe de Coimbra), os pátios do Paço dos Comendadores em Ega (Condeixa-a-Nova)¹⁹ ou do Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda (Ansião).²⁰ Formalmente, os dois edifícios são diferentes entre si, e diferentes do nosso colégio, mas interessa-nos destacar o conceito do pátio central sem galerias que organiza a disposição destes imóveis.

Este paralelismo com algumas estruturas paços compreende-se em função dos destinatários preferenciais do novo programa colegial: estudantes seculares, sobretudo aqueles provenientes de boas famílias.²¹ As dependências em redor destinavam-se, agora, a novas funções: uma capela colegial, uma aula, um refeitório, além de oficinas e casas dos “familiares”. A distribuição destas funções quotidianas e residenciais pelas várias alas do colégio implicava, assim, as descontinuidades funcionais e de acesso a que já aludimos.

No piso superior ficavam os quartos dos porcionistas e colegiais, ao modo de celas, abertos à mundividência externa. Os corredores que serviam os quartos terão sido, muito provavelmente, dos primeiros aplicados a um edifício de arquitectura civil em Portugal.

É ainda de notar que o anterior edifício do Estudo Geral dionisino teria, aparentemente, um pequeno claustro, noção que foi dispensada para o novo colégio. Esta opção, aparentemente consciente, de recriar o pátio do paço ou casa nobre protomoderna, desprovido de galerias, implicava ainda, a nosso ver, uma distinção clara face ao claustro dos colégios religiosos. De facto, parece ter radicado no bloco quadrangular (melhor adaptado à nova malha urbana da Alta conimbricense) e no pátio sem galerias a opção arquitectónica de base na concepção do novo colégio, secular, de São Paulo. Notemos ainda as ameias da cerca colegial que contornava os terrenos e casas anexas atrás do colégio (Fig. 5), uma outra reminiscência da casa nobre, ameias que eram, em Espanha, o símbolo da autonomia jurisdicional dos edifícios colegiais e universitários.

Por outro lado, importa lembrar que o colégio de São Paulo não foi o primeiro colégio secular a ser erguido em Coimbra. Recordemos, desde logo, os já desaparecidos colégios de São Miguel e de Todos-os-Santos, implantados no arranque da Rua da Sofia e pertencentes ao convento de Santa Cruz, cuja extinção precoce o colégio de São Paulo pretendeu suprir. Destinavam-se a alunos leigos, tanto pobres como abastados, que não residissem em Coimbra. Se para o colégio de São Miguel se definiu uma infra-estrutura hoje irreconhecível e depois adaptada a prédios de rendimento, reservou-se para o de Todos-os-Santos um lote apertado e irregular, recuado em relação à rua. Este colégio era um bloco relativamente compacto, dotado de um pequeno pátio de planta trapezoidal²², cuja fachada se compunha de um portal clássico ao centro e de uma fiada de janelas sobre o piso nobre²³, que em tudo antecipava a fachada do colégio de São Paulo.

de abobeda na porta principal da banda de dentro no pateo do ditto collegio..., 20 de Agosto de 1662, AUC, Inventário do Fundo Documental Universitário, Colégio de São Paulo, Est. 7, Tab. 1, n.º 29.

¹⁹ Paço quadrangular de dois pisos em grande medida resultante de uma campanha de obras da primeira década do século XVI. Pedro DIAS, *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença*, Coimbra, Epartur, 1982, pp. 278-280.

²⁰ Casa nobre com torre medieval e acrescento habitacional de um piso (c. 1544) que configura os quatro lados de um pátio. José Custódio Vieira da SILVA, *“Paços medievais portugueses: Caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII a XVI)”*, Tese de doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 1993, pp. 259-263; Luísa TRINDADE, *“Um sedimento, uma ruína, um projecto: O Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda”*, *Monumentos*, n.º 25, Lisboa, 2006, pp. 214-217.

²¹ No século XVIII os colegiais eram sobretudo *“filhos das primeiras famílias e casas desta Corte”*, in *Aviso pelo qual S. Mage. Manda recomendar algumas cousas aos três colégios mayores, 21 de Abril de 1780*, AUC, Inventário do Fundo Documental Universitário, Colégio de São Paulo, Est. 7, Tab. 1, n.º 8, p. 309.

²² Plantas da Inquisição de Coimbra, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

²³ Gravura do antigo Largo de Sansão, de José Carlos Magne, 1796 (MNMCM, DA 133).

Numa primeira fase de instalação dos colégios na Rua da Sofia, verificaram-se algumas fundações seculares da iniciativa de prelados do reino, os casos dos colégios da Conceição (pelo bispo do Porto, D. Baltasar Limpo) ou do Espírito Santo (pelo arcebispo de Évora, o futuro cardeal D. Henrique). A radicação da Universidade na cidade Alta e do ensino das artes na Baixa (até 1565) levou à cedência destes estabelecimentos a diversas ordens religiosas (em fases mais ou menos adiantadas da construção) e à conversão destes colégios de seculares para regulares.

Fisicamente, sobreviveu o colégio do cardeal D. Henrique reconvertido para a Ordem de Cister da qual o infante era abade comendatário. O edifício, levantado entre 1541 e 1550 e que ainda hoje subsiste, posto que bastante alterado, era desprovido de igreja externa e conformava um bloco rectangular organizado em redor de dois pátios, um dos quais limitado por galerias de arcadas contínuas apoiadas em pilares, sobrepostas de janelas de avental e recorte clássico, da autoria muito provável de Miguel de Arruda.²⁴ É possível que a capela interna se situasse entre os dois pátios a julgar pelo colégio do mesmo tipo que o Cardeal Infante haveria de levantar nos anos seguintes em Évora, e que seria o embrião da nova universidade da capital alentejana.²⁵

No troço final da Rua da Sofia, do lado poente, levantou-se o já desaparecido colégio de São Tomás. Este colégio regular, pertencente aos dominicanos, não seguiu o tipo de colégio-convento (com igreja independente a um lado) dos seus congéneres da Graça ou do Carmo, como seria expectável, antes ostentando uma fachada “civil”. Esta situação particular tem a sua provável explicação no facto do colégio se erguer junto da obra do novo convento dominicano de Coimbra dotado de magnífica igreja própria, infelizmente nunca concluída. Deste modo o colégio conformava um bloco quadrangular autónomo, de dois pisos, com capela interna e dotado de um claustro central. Importa notar que as datas de construção do colégio²⁶ são paralelas às do colégio de São Paulo e que no colégio dominicano se optou por preencher o espaço central com um claustro de dois pisos, da autoria de Diogo de Castilho (que ainda subsiste²⁷), em tudo semelhante aos dos outros colégios regulares da Sofia, certamente por se julgar mais adequado à comunidade religiosa que servia.

A partir da segunda metade do século XVI, passaram basicamente a existir dois colégios seculares em Coimbra, o de São Paulo e o de São Pedro, cujos colegiais se envolveriam em famosas disputas sobre a preeminência dos seus institutos.²⁸ Este último, que começara como fundação do canonista Ruy Lopes de Carvalho, na Sofia, seria transferido (em 1574) para a ala nascente do Paço Real da Alcáçova, por ordem de D. Sebastião, ala que foi prolongada no início do século XVIII. Tinha capela interna, biblioteca e marcava a sua entrada um portal setecentista, lado a lado com a porta férrea da Universidade.²⁹

Paralelamente, em Évora, o cardeal D. Henrique empreenderia a construção de um novo colégio que inaugurou, em Portugal, o programa do seminário pós-tridentino. O colégio da Purificação começaria a edificar-se em 1577 para se terminar (anos depois do falecimento do Cardeal) em 1605.³⁰ Ganhou forma de bloco rectangular de dois pisos, com pátio interno alongado, rodeado por arcarias sobre

²⁴ Rui LOBO, *Santa Cruz e a Rua da Sofia: Arquitectura e urbanismo no século XVI*, Coimbra, Edarq, pp. 147-156.

²⁵ Rui LOBO, *O Colégio-Universidade do Espírito Santo de Évora*, Évora, CHAIA, 2009. A antiga capela colegial é a actual sala de actos da universidade. Os pátios (ao contrário do pátio do colégio de Coimbra) teriam colunas e não pilares.

²⁶ Início em 1546, início do claustro em 1549, conclusão em 1566. António Nogueira Gonçalves, *Inventário...*, pp. 39-140.

²⁷ Integrado no actual Palácio da Justiça.

²⁸ Veja-se Maria Margarida BRANDÃO, *O Colégio...*, pp. XI-XVIII.

²⁹ Veja-se António de VASCONCELOS, *Os colégios...*, pp. 51-60, e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal: Cidade de Coimbra*, Lisboa, ANBA, 1947, pp. 113-114.

³⁰ Rui LOBO, *O Colégio-Universidade...*, pp. 50-52.

pilares e dividido por uma passagem-varanda central. Para Baltasar Teles, cronista da Companhia de Jesus, era, “em matéria de edifício para colegiais, o mais grandioso que há em todo o Portugal”.³¹

Uma outra contribuição eborense para a consolidação de um tipo nacional de colégio secular foi a de um instituto, iniciativa de um casal da cidade, para apoio a jovens estudantes da Universidade local. Nasceu assim o colégio da Madre de Deus, levantado entre 1595 e 1608, cujo edifício ainda hoje se preserva.³² Trata-se de uma construção de raiz, implantada em pleno casco urbano, conformando um bloco quadrangular de dois pisos, disposto em torno de um pátio central. O pátio é rodeado de arcarias sobre colunas e de galerias e tem portas de sacada ao nível do primeiro andar. A capela ocupava toda a ala sul do quadrângulo colegial, sem autonomia volumétrica, ainda que com acesso próprio, posto que discreto, desde o exterior.

Em jeito de balanço, poderemos afirmar que o colégio de São Paulo, juntamente com os eborenses da Purificação e da Madre de Deus, foram as expressões mais evidentes do tipo arquitectónico de colégio secular em Portugal, sem galerias em redor do pátio o primeiro, com galerias, os dois últimos.

Novamente em Coimbra, destaquemos o já desaparecido colégio dos Militares, das ordens militares de Avis e Santiago, iniciado em 1627, para o qual se adoptou o tipo arquitectónico do colégio-palácio, ainda que o projecto tenha sido, apenas parcialmente, completado.³³ No século XVIII, por estar adstrito às ordens militares, era considerado um “colégio maior”, a par dos de São Paulo e de São Pedro.³⁴

Outras contribuições para o tipo arquitectónico do colégio-palácio foram alguns institutos das ordens religiosas de estabelecimento mais tardio na cidade, implantados por entre a malha urbana da Alta universitária ao longo dos séculos de Seiscentos e Setecentos. São eles os colégios dos Lóios, dos Grilos (Santa Rita), dos Franciscanos da Província de Portugal (São Boaventura) ou dos Eremitas da Serra de Ossa (São Paulo Eremita), que dispensaram o esquema de colégio-convento, com igreja de volumetria autónoma, para apadrinharem o modelo (ainda que com variantes) do palácio urbano.³⁵

Referiremos, finalmente, o projecto setecentista de reconstrução do colégio de São Paulo, (afectado pelo terramoto, como dissemos), da autoria do arquitecto bolonhês Giacomo Azzolini, que tentou restabelecer o tema colegial, duzentos anos volvidos, em novas bases. De acordo com o projecto nunca realizado,³⁶ previa-se o novo pátio colegial com galerias de arcadas sobre pilares quadrados, ainda que interrompidas pela caixa da escada de três lanços que se abria sobre o átrio de entrada (Fig. 6). A capela colegial situava-se sobre o eixo de simetria e de entrada do colégio, do lado oposto do pátio, repetindo o esquema genérico do *Collegio di Spagna*, de 1365-67, primeiro protótipo de edifício colegial europeu, que Azzolini certamente conheceria da sua Bolonha natal. Cabe ainda apontar, à revelia do colégio medieval bolonhês, a expressão volumétrica praticamente inexistente da capela face à sua inserção no interior de um perímetro edificado perfeitamente geométrico e regular. Em sentido inverso, ganhava importância a biblioteca que ocuparia o corpo central e elevado da fachada (Fig. 7) sobre a entrada colegial.

³¹ Baltazar TELES, *Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal*, 1645, vol. I, p. 364.

³² Foi até há pouco tempo o Hospital Militar de Évora. Veja-se Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, Lisboa, ANBA, 1966, vol. I, pp. 91-92 e António Pina CABRAL, “O Colégio da Madre de Deus em Évora”, *IV Centenário da Universidade de Évora: actas do congresso*, Coimbra, 1967, pp. 161-171.

³³ Pedro DIAS, “As obras de construção do colégio conimbricense das ordens militares, durante o séc. XVII”, in *Alta de Coimbra: História-Arte-Tradição. Actas do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Coimbra, 1988, pp. 231-245.

³⁴ Veja-se a nota 21.

³⁵ Rui LOBO, “Os colégios...”, pp. 41-42.

³⁶ Museu Nacional de Machado de Castro, desenhos DA 50-54 (duas plantas, um corte e dois alçados, publicados em Rui LOBO, “Os colégios...”, pp. 42-43).

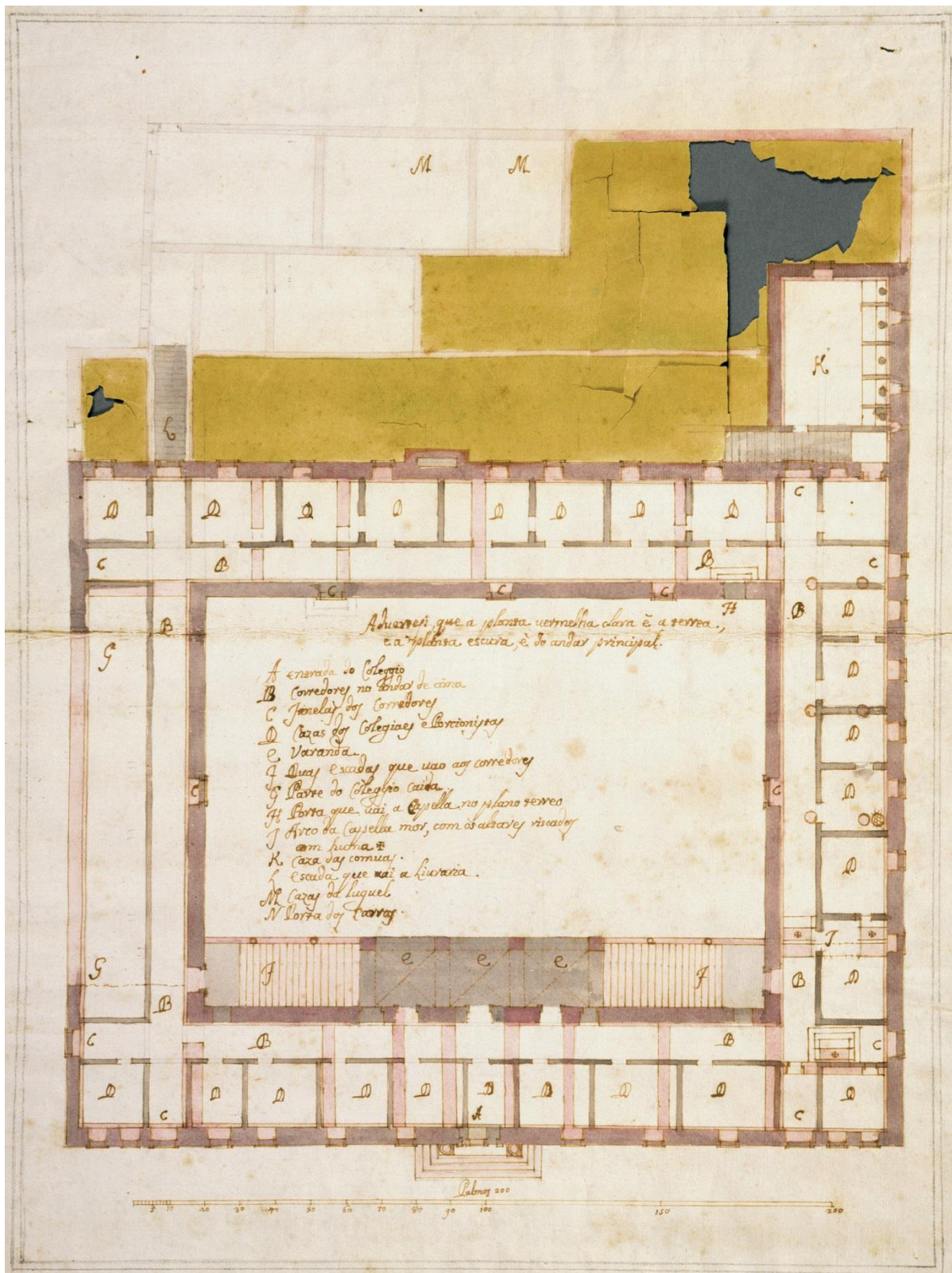


Fig. 1 – Plantas sobrepostas (r/c e primeiro andar) do colégio de São Paulo, Giacomo Azzolini, início da segunda metade do século XVIII (MNM, DA55).

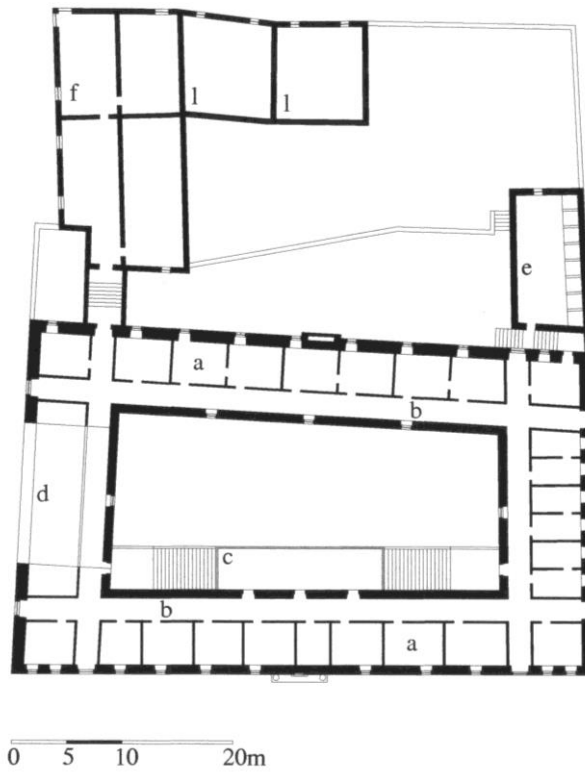


Fig. 2 – Planta do primeiro andar do colégio de São Paulo (do autor).
 Legenda: a) quartos de colegiais e porcionistas; b) corredores; c) varanda;
 d) parte do colégio caída; e) latrinas; f) biblioteca; l) casas de aluguer.

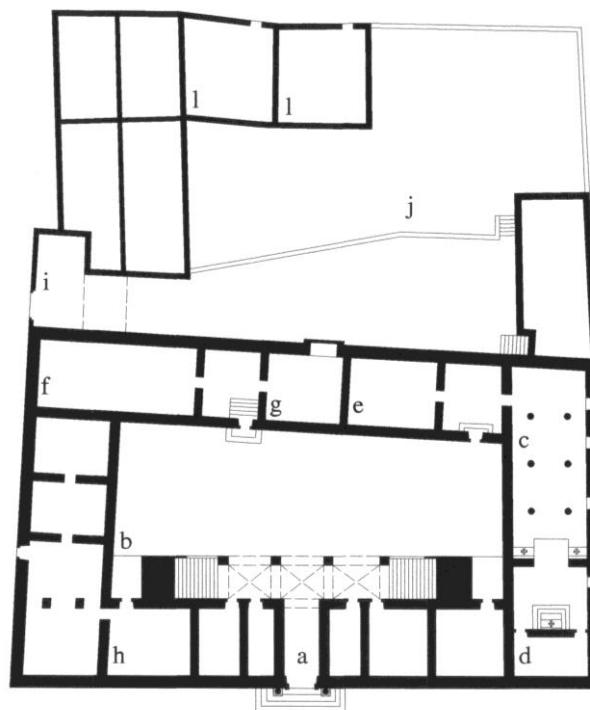


Fig. 3 – Planta do rés-do-chão do colégio de São Paulo (do autor).
 Legenda: a) entrada; b) pátio; c) capela; d) sacristia; e) "casa da sapiência"; f) refeitório; g) cozinha; h)
 dependências dos "familiares"; i) porta do carro; j) quintal; l) casas de aluguer.

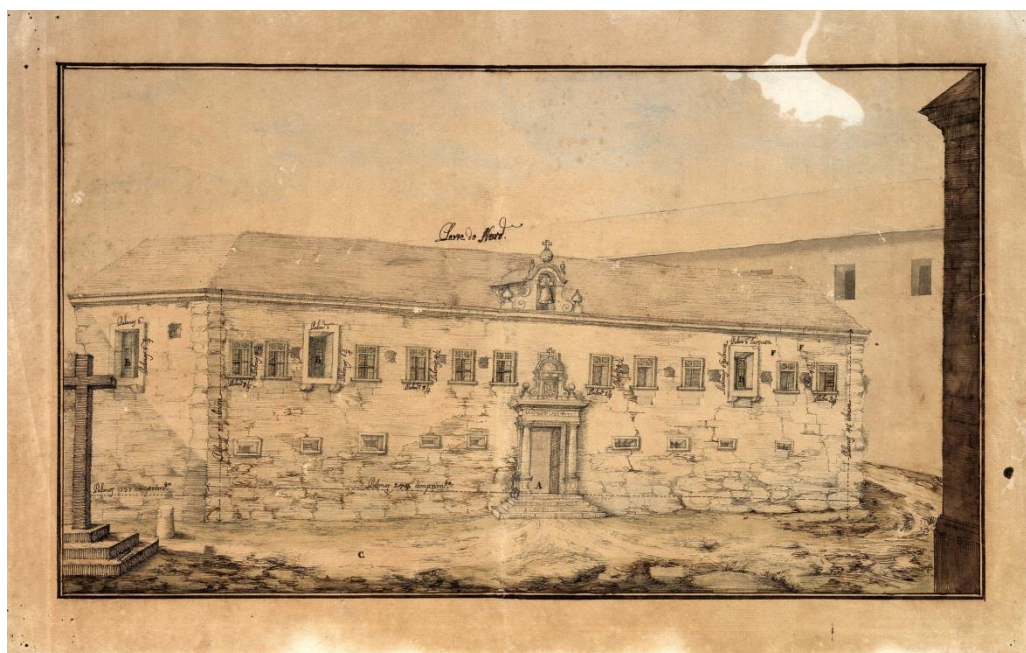


Fig. 4 – Fachada principal do colégio de São Paulo (MNM, DA59).

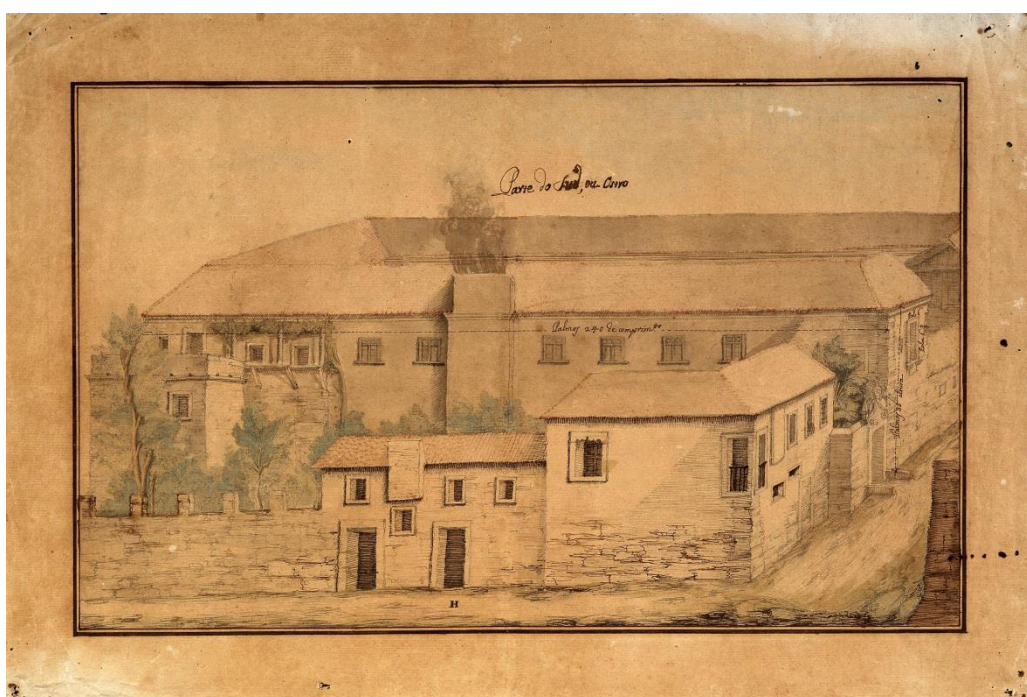


Fig. 5 – Frente sul do colégio de São Paulo (MNM, DA57).

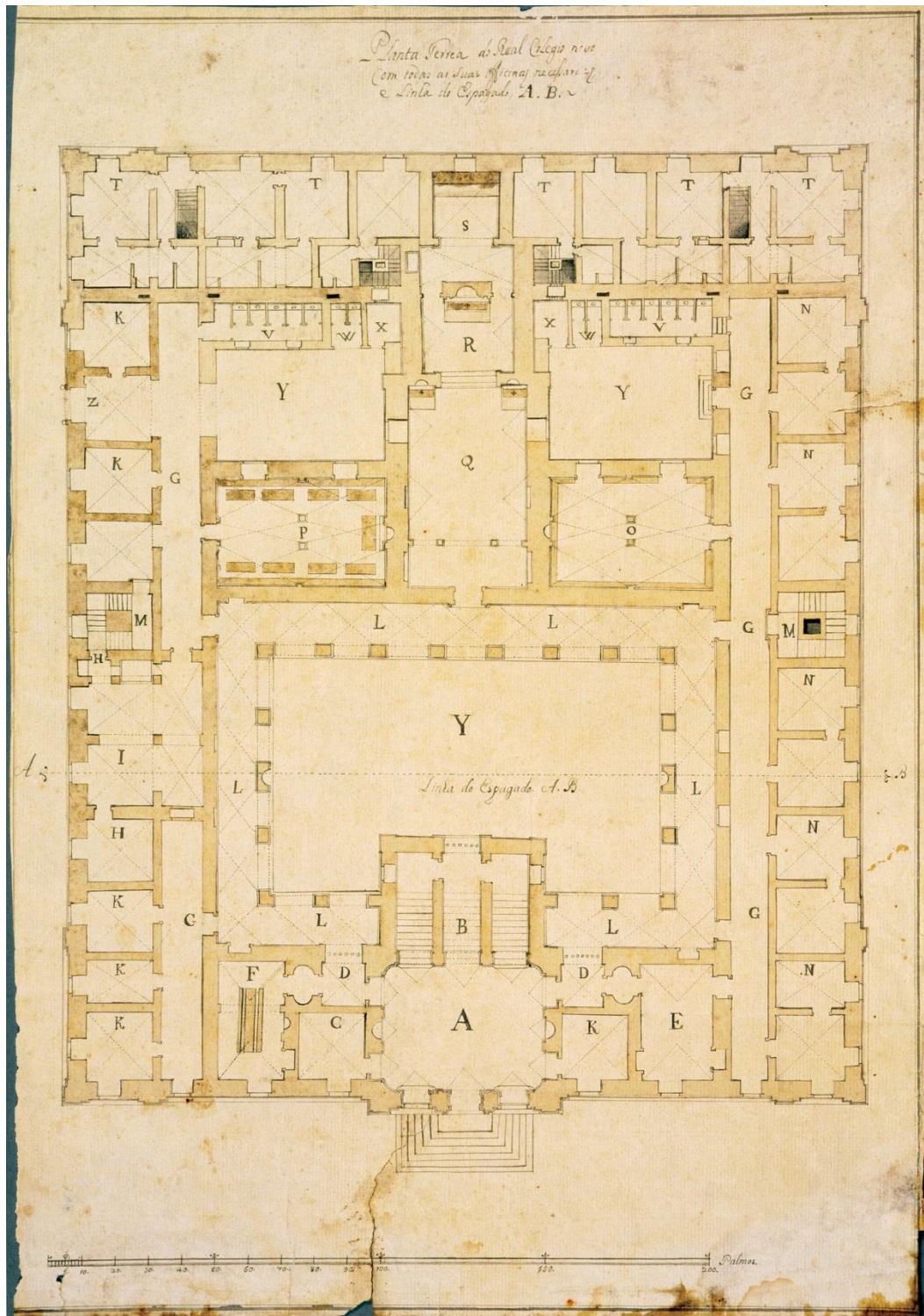


Fig. 6 – Projecto para o colégio de São Paulo, planta do piso térreo, Giacomo Azzolini, início da segunda metade do século XVIII (MNM, DA54).



Fig. 7 – Projecto para o colégio de São Paulo, fachada principal, Giacomo Azzolini, início da segunda metade do século XVIII (MNNMC, DA50).